



# MUNICÍPIO DE ÁGUA COMPRIDA-MG

Praça Carolina de Almeida, nº 06 – Centro – CEP: 38110-000

PABX: (34) 3324-1228

[www.aguacomprida.mg.gov.br](http://www.aguacomprida.mg.gov.br) – Email: [licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br](mailto:licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br)

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 024/2024 PREGÃO ELETRÔNICO 010/2024 (processo 022.07/2024)**

Contrato de fornecimento que entre si celebram o Município de Água Comprida, e de outro lado Lacerda Monteiro, conforme cláusula e condições abaixo:

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE AGUA COMPRIDA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça. Carolina de Almeida, 06, nesta cidade, centro, CEP: 38.110-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.428.953/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ALEXANDRE DE ALMEIDA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF 719.035.856-00 e portador do RG MG-4.782.138 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua 24, nº 176, centro, na cidade de Água Comprida-MG

**CONTRATADA(O): LACERDA MONTEIRO SOCIEDADES DE ADVOGADOS**, devidamente inscrita no CNPJ 22.752.236/0001-17 com endereço na Praça Rui Barbosa, 300, Sala 1006, Centro, Elvira Shopping, na cidade de Uberaba - MG, CEP 38.010-240, neste ato representada por seu representante legal FÁBIO LACERDA MONTEIRO, inscrito no CPF 051.437.276-18 e na OAB/MG número 103.139, portador da Identidade MG-11.532.110 SSP/MG tem justos e contratados entre si, vinculando-se ao Termo de Referência, à sua proposta apresentada e ao ato que autorizou a contratação, nos termos da lei 14.133/21:

### **Cláusula Primeira: DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para analisar, atualizar e adaptar a legislação municipal a fim de normatizar assuntos relacionados a: a) estrutura organizacional da Administração Direta Municipal, atribuições gerais dos gestores e outras providências correlatas; b) transposição do regime celetista para o estatutário, facultada aos concursados tal opção, adequação geral do quadro de servidores efetivos e do instrumento de avaliação de desempenho individual; d) criação do estatuto dos servidores; d) normas e diretrizes gerais para realização de concursos públicos; e) contratações temporárias para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público.

É necessário, além da revisão da Estrutura Organizacional do Município, propor também a implantação do Regime Estatutário em observância da Medida Cautelar na ADI nº 2135-4/DF, cujo Acórdão só foi publicado em 7/3/2008, considerando inconstitucional a parte da Emenda 19 que aboliu a exigência de regime único, restaurando a redação original do artigo 39 da



Constituição, voltando então ao regime único anteriormente estabelecido, interpretando ainda, que a relação sujeita a CLT é de caráter tipicamente privado, não se aplicando a servidor público, seja estável ou temporário, dando como obrigatório para essa categoria o regime estatutário.

Correrá por conta da contratada todas as despesas para execução do serviço (transporte, alimentação, eventual estadia).

## **Cláusula Segunda:- DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência.

A empresa/instituição a ser contratada deverá inicialmente elaborar estudo para diagnosticar a situação atual e após atualizar e compatibilizar a metodologia essencial ao desenvolvimento dos trabalhos. Os projetos de alteração da legislação municipal devem estar voltados em estrita observância à Constituição Federal e às normas de direitos, administrativo, constitucional, trabalhista, cível e penal, atendendo os princípios que regem a Administração Pública.

O contratado deverá analisar, atualizar e adaptar a legislação municipal a fim de normatizar assuntos relacionados a: a) estrutura organizacional da Administração Direta Municipal, atribuições gerais dos gestores e outras providências correlatas; b) transposição do regime celetista para o estatutário, facultada aos concursados tal opção, adequação do quadro de servidores efetivos e do instrumento de avaliação de desempenho individual; d) criação do estatuto dos servidores; d) normas e diretrizes gerais para realização de concursos públicos e e) contratações temporárias para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Deverá fazer estudo para diagnosticar a situação atual, para atualizar e compatibilizar a legislação às normas legais pertinentes. Deverá possuir conhecimento e experiência comprovada na área jurídica e legislativa para que possam entender e realizar as atualizações necessárias na legislação, como formação em Direito, recursos humanos ou áreas afins, para garantir a competência e a qualidade do trabalho realizado; tenha experiência prévia em projetos de readequação legislativa municipal, de modo a demonstrar sua capacidade de lidar com as demandas específicas da área; tenha amplo conhecimento da legislação municipal vigente bem como, das normas e regulamentos aplicáveis, a fim de identificar as alterações necessárias e garantir a conformidade legal.



# MUNICÍPIO DE ÁGUA COMPRIDA-MG

Praça Carolina de Almeida, nº 06 – Centro – CEP: 38110-000

PABX: (34) 3324-1228

[www.aguacomprida.mg.gov.br](http://www.aguacomprida.mg.gov.br) – Email: [licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br](mailto:licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br)

A contratada deverá realizar a análise da estrutura organizacional do Município e suas atribuições, a política de gestão de pessoas, toda legislação que rege os servidores da Administração Direta; - projeto de lei para adequação dos cargos isolados da Administração; dimensionamento do quando de pessoal e adequação das tabelas salariais; - implementação da avaliação de desempenho dos servidores.

O prazo estimado para a realização do objeto definido no Estudo Técnico Preliminar é de 06 (seis) meses, contados após a celebração do contrato e a partir da data da ordem de serviço. Este prazo poderá ser prorrogado no interesse do Poder Executivo Municipal.

## **Clausula Terceira:- DO PREÇO**

Pelos serviços ora contratados, a Contratante pagará à contratada o valor global de **R\$ 23.000,00** (vinte e três mil reais).

## **Cláusula Quarta:- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em 05 (cinco) etapas por meio de boleto ou ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito da beneficiária, em conta bancária a ser indicada pela contratada, até o 30º dia após aceite da(s) NFs devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

Cada etapa será: a) estrutura organizacional da Administração Direta Municipal, atribuições gerais dos gestores e outras providências correlatas; b) transposição do regime celetista para o estatutário, facultada aos concursados tal opção, adequação geral do quadro de servidores efetivos e do instrumento de avaliação de desempenho individual; d) criação do estatuto dos servidores; d) normas e diretrizes gerais para realização de concursos públicos; e) contratações temporárias para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público. Onde cada etapa corresponderá a 20% do valor do contrato.

As NFs deverão ser enviadas eletronicamente para o email do Departamento requisitante: [licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br](mailto:licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br).

Na fatura (nota fiscal) deverá constar o número do respectivo processo licitatório, e o necessário “de acordo” da titular do Departamento requisitante ou fiscal do contrato.



# MUNICÍPIO DE ÁGUA COMPRIDA-MG

Praça Carolina de Almeida, nº 06 – Centro – CEP: 38110-000

PABX: (34) 3324-1228

[www.aguacomprida.mg.gov.br](http://www.aguacomprida.mg.gov.br) – Email: [licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br](mailto:licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br)

Ocorrendo atraso de pagamento pelo Município, o valor será corrigido monetariamente, pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor / IBGE, desde que a licitante ressalve expressamente o seu direito em recibo, ordem de pagamento ou outro documento similar.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades e obrigações, nem implicará na aceitação definitiva dos produtos já entregues.

Incluem no preço ajustado no presente contrato, todas as despesas que incidirem sobre o produto, inclusive transporte, prêmio de seguro, obrigações tributárias, para-fiscais, fiscais, etc.

## **Cláusula Quinta:: - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o do art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21.

## **Cláusula Sexta:- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2024 contados da assinatura do contrato, podendo ser este prazo ser prorrogado caso haja necessidade, desde que devidamente justificado e aceite pela Contratante.

Não será concedido reajuste de preço no prazo inferior a 12 (doze) meses, a contar da apresentação da proposta de preço. Caso haja interesse do Município devidamente justificado na prorrogação do contrato e este extrapole o período de 12 (doze) meses, será concedido reajuste de preço tomando-se como índice para concessão do reajuste o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) medido pelo IBGE a contar da apresentação da proposta de preços ou do último reajuste, nos termos do artigo 92, § 3º da Lei 14.133/21.



# MUNICÍPIO DE ÁGUA COMPRIDA-MG

Praça Carolina de Almeida, nº 06 – Centro – CEP: 38110-000

PABX: (34) 3324-1228

[www.aguacomprida.mg.gov.br](http://www.aguacomprida.mg.gov.br) – Email: [licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br](mailto:licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br)

## **Cláusula Sétima:- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O recurso previsto para pagamento pelo fornecimento do objeto do presente instrumento será conforme a seguinte dotação:

FUNIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO  
02.01.00.066.04.122.0020.3.3.90.39.00.00 ----- CR 065  
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

## **Cláusula Oitava:- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações e responsabilidades da contratada:

I – prestar o serviço na forma pactuada;

II – dar ciência ao contratante, imediatamente, e por escrito, de qualquer defeito ou anormalidade existente no produto, mesmo que não sejam de sua responsabilidade;

III – prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

IV – a ausência ou omissão da fiscalização do contratante não eximirá a contratada das responsabilidades previstas neste contrato;

V – aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões dos produtos que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

VI – Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização por escrito do contratante.

VII - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;



VIII - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

## **Cláusula Nona:- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

I – definir neste instrumento, como assim já o fez, o local e a forma onde a Contratada deverá ser realizado o curso;

II – notificar à contratada de qualquer irregularidade encontrada nos produtos e ou na prestação dos serviços inerentes ao fornecimento dos mesmos;

III – efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

## **Cláusula Décima:- DA FISCALIZAÇÃO**

No curso do período de prestação do serviço caberá à Contratante, diretamente, ou por quem vier a indicar, o dever de fiscalizar a fiel observância das disposições deste contrato.

Nomeia-se como gestor do contrato Mônica Rodrigues de Melo, Diretora do Departamento de Administração e Gestão Pública e como fiscal do contrato **João Carlos Marques** Carvalho, Controlador Interno.

## **Cláusula Décima Primeira: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;



# MUNICÍPIO DE ÁGUA COMPRIDA-MG

Praça Carolina de Almeida, nº 06 – Centro – CEP: 38110-000

PABX: (34) 3324-1228

[www.aguacomprida.mg.gov.br](http://www.aguacomprida.mg.gov.br) – Email: [licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br](mailto:licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br)

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.



## **Cláusula Décima Segunda: DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## **Cláusula Décima Terceira: - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Na hipótese de inexecução total ou parcial do fornecimento, a Prefeitura Municipal de Água Comprida, garantida a apresentação de prévia defesa, aplicará a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, as seguintes sanções:

I – Advertência - aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II - Multa - 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

III - Impedimento de licitar e contratar - aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Água Comprida, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar - aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.





# MUNICÍPIO DE ÁGUA COMPRIDA-MG

Praça Carolina de Almeida, nº 06 – Centro – CEP: 38110-000

PABX: (34) 3324-1228

[www.aguacomprida.mg.gov.br](http://www.aguacomprida.mg.gov.br) – Email: [licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br](mailto:licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br)

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

O Município deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

## **Cláusula Décima Quarta:- DOS RECURSOS**

Das decisões relativas à extinção contratual e aplicação das sanções previstas neste instrumento cabem os recursos constantes do art. 165 da Lei 14.133/21.

## **Cláusula Décima Quinta:- DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais, tipificadas na Lei 14.133/21, Capítulo II-B, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis;

## **Cláusula Décima Sexta:- DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o foro da Comarca de Uberaba/MG.

Por estarem, assim, justos e contratados firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das de testemunhas abaixo assinadas.



# MUNICÍPIO DE ÁGUA COMPRIDA-MG

Praça Carolina de Almeida, nº 06 – Centro – CEP: 38110-000

PABX: (34) 3324-1228

[www.aguacomprida.mg.gov.br](http://www.aguacomprida.mg.gov.br) – Email: [licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br](mailto:licitacaoac@pmaguacomprida.mg.gov.br)

Água Comprida, 18 de junho de 2024.

Município de Água Comprida  
Alexandre de Almeida Silva  
-Prefeito- Contratante

Lacerda Monteiro Sociedade de Advogados  
Fábio Lacerda Monteiro  
Contratada